



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011

Ata do CME de 06 de agosto de 2020

No dia 06 de agosto de 2020, às 19h por meio do aplicativo Google Meet, reuniram-se a distância os seguintes conselheiros: Evalda de Andrade Silva Costa, Patrícia Aparecida dos Santos Cupertino, Josafá Agra de Santana, Milton Gonçalves Rocha, Roseli M. Santos, Maria Lúcia dos Santos, Ana Cláudia Godoi de Oliveira, Marcela Viviane Otacílio Vitorino, Andrea Rodrigues de Moraes, Renata Galvão dos Santos Ferreira. E convidados: Débora Camargo Coelho, Tayla Catalina Zarzur Lopes e Sandra Diniz Rangel.

A presidente deu boas vindas a todos e realizou a leitura da ata da última reunião do Conselho. Em seguida, a presidente apresentou as convidadas Débora Camargo Coelho, Professora Coordenadora de Núcleo Pedagógico (PCNP) da Diretoria de Ensino de Pindamonhangaba e Tayla Catalina Zarzur Lopes, Gestora Regional de Educação Básica, da SME e solicitou que ambas relatassem como está sendo desenvolvido seu trabalho, com o intuito de refletir sobre o tema iniciado na última reunião do Colegiado: “Progresso do ensino remoto, tendo-se em vistas aspectos pertinentes à Educação Especial e seus direitos”. A PCNP Débora relatou que tem produzido e disponibilizado vídeos semanais, visando orientar os professores, com propostas de trabalho para o ensino dos estudantes com deficiência. Além disso, explicou que a maioria das professoras especializadas das salas de recurso têm feito videochamada com seus alunos. Ressaltou que alguns professores têm produzido materiais adaptados para seus alunos.

Diante disso, o conselheiro Josafá questionou se não seria possível padronizar esse atendimento para todas as escolas e professores. A respeito desse questionamento, a referida PCNP salientou que não há uma legislação que respalde uma padronização no trabalho com a educação especial a distância. A Gestora Regional Tayla foi a próxima a falar sobre o tema, explicando que tem havido poucos atendimentos presenciais devido ao distanciamento social. Segundo ela, os alunos considerados casos mais graves poderão retornar a serem atendidos periodicamente a partir da próxima semana. Além disso, narrou que os estudantes da educação especial têm tido apoio dos professores por Whats App e ligação telefônica para realizarem as atividades propostas. Há também alguns docentes que criaram grupos de whatsapp com os pais e tiveram mais sucesso na comunicação com as famílias. Entretanto, assim como a PCNP, evidenciou que não é possível padronizar o atendimento de todos os docentes. Salientou que o NAP foi ampliado, mas não estão realizando triagem de novos estudantes devido a pandemia. Concluiu sua fala relatando que foram elaborados e-book com orientações psicológicas e fonoaudiológicas para apoiar o trabalho das famílias com esses alunos.

A conselheira Andrea Campos Sales, presidente da APAE, informou que alguns funcionários da APAE têm ido na casa dos estudantes, no entanto não pode solicitar isso com tanta frequência devido ao risco à saúde dessa pessoa. A respeito das afirmações das profissionais, Josafá questionou se em caso de os pais decidirem não enviar a criança ao NAP, mesmo em se tratando de ocorrências graves, o aluno terá risco de perder sua vaga na instituição. A especialista assegurou que não havia risco.

Encerrando o tema, a presidente do conselho ressaltou a importância do diálogo entre todos que pensam com carinho na educação especial e agradeceu as presenças de Débora e Tayla.

Outro tema abordado foi o retorno às aulas presenciais. Sobre isso, Sandra Diniz Rangel, a mantenedora da escola Giz de Cera, explicou que foi criado um grupo com 15 escolas particulares de educação infantil e se reuniram com a secretária da educação municipal Luciana para discutir o tema. Lamentou estar havendo muitas demissões de profissionais atuantes nessas unidades escolares e salientou que se a situação perdurar, muitas escolas irão fechar. Solicitou que o CME apoie na fiscalização de escolas que estão trabalhando durante esse período de distanciamento e que estão em situação irregular, infringindo assim a lei. Além disso, pediu que tenham um olhar sensível para as escolas privadas em um provável retorno. Os conselheiros Andrea e Josafá se posicionaram contra um retorno nesse momento, ressaltando que o público da educação infantil não tem maturidade para lidar com os protocolos de higiene contra o contágio pelo Coronavírus e que seriam contaminados facilmente. Já a respeito da denúncia sobre as escolas irregulares, a conselheira Irene se manifestou salientando que é preciso formalizar a denúncia na ouvidoria da prefeitura. Diante disso, Sandra afirmou que isso já foi feito com a apresentação de fotos e indicação de nomes, além de oficializar pelos canais de ouvidoria, falaram para a secretária de educação municipal Luciana e Elaine Prolungatti, gestora do departamento pedagógico da SME.

Em seguida, Evalda agradece as colocações de Sandra e seu posicionamento ético. Afirma que o Conselho está dependendo de as instâncias públicas autorizarem esse retorno. Disse também que o CME já havia solicitado da Secretaria um olhar sensível no tocante às irregularidades no segmento particular, por meio de e-mail institucional, reforçando, a pedido da própria Sandra, a necessidade de monitoramento.

Encerraram a reunião com os agradecimentos da presidente a todos os presentes. Sem mais, eu Andrea Rodrigues de Moraes, lavrei a ata da reunião, que também será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, tão logo retornem as reuniões presenciais.

